



**TERMO DE PARCERIA COM
AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM
PÚBLICO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA E A LIVRARIA PONTO DOS
LIVROS.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica dotada de autonomia administrativa, nos termos do art. 127, § 2º da Constituição da República Federativa do Brasil, com sede à 5ª Avenida, nº. 750, Centro Administrativo da Bahia (CAB), Salvador-BA, doravante denominado **MP/BA**, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, Drª. **Ediene Santos Lousado**, e **LIVRARIA PONTO DOS LIVROS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o número 10.846.869/0001-05, com sede à Rua Edna Conceição Silva, nº 46-A, Lauro de Freitas/BA, neste ato representada por Marco Antonio Sampaio da Silva inscrito no [REDACTED], considerando o que consta do processo administrativo nº. 003.0.18229/2017, celebram o presente Termo de Parceria com Autorização de Uso de Bem Público, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Parceria com Autorização de Uso de Bem Público tem por objeto a cooperação entre os partícipes visando possibilitar a realização da *"I Feira do Livro e da Leitura"* no Ministério Público do Estado da Bahia.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

2.1 O MP/BA autoriza, neste ato, o uso, a título gratuito e precário, do salão nobre do Ministério Público do Estado da Bahia, situado no térreo da sede do Ministério Público, na 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia, Salvador, Bahia, CEP 41.745-004, para utilização nos dias 16 a 20 de Outubro de 2017, em razão da realização do evento "Feira do Livro e da Leitura";

2.2 A presente Autorização de Uso de Bem Público poderá ser revogada, a qualquer tempo, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, por razões de interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA LIVRARIA PONTO DOS LIVROS

3.1 Caberá à Editora:

3.1.1 Utilizar o espaço cedido apenas para as finalidades que são objeto do presente Termo de Parceria;

3.1.2 Assegurar os custos de montagem, manutenção e desmontagem do estande conforme tamanho da área para exposição;





3.1.3 Não causar qualquer espécie de dano ao patrimônio público, sob pena de ter que arcar com eventuais prejuízos financeiros decorrentes da utilização indevida do espaço público;

3.1.4 Expor obras atualizadas, lançamentos no mercado, entre outros com reconhecimento nacional, internacional Retirar todo o material utilizado tão logo seja finalizado o evento;

3.1.5 Oferecer aos membros e servidores do MP/BA *vouchers* com desconto na aquisição dos livros;

3.1.6 Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre o pessoal empregado para execução

3.1.7 Divulgar peças publicitárias sobre o evento, condicionadas à prévia aprovação da unidade técnica do MP/BA;

3.1.8 Doar exemplares de livros atualizados, de reconhecimento nacional e que atendam às áreas de atuação do Ministério Público do Estado da Bahia;

3.1.9 Retirar todo o material utilizado tão logo seja finalizado o evento;

CLUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MP/BA

4.1.Caberá ao MP/BA:

4.1.1 Aprovar a arte das peças publicitárias que poderão ser divulgadas para o público em geral;

4.1.2 Realizar a gestão da entrada e saída do público no evento, podendo restringir a quantidade de acesso por razões de segurança;

4.1.3 Disponibilizar área específica do salão nobre da sede do MP/BA, bem como foyer e auditório anexos, nos estritos termos da cláusula segunda;

4.1.4 Oferecer apoio logístico ao evento, através do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF);

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 O presente Termo de Parceria com Autorização de Uso de Bem Público vigorará da data de sua assinatura e terá como termo final o dia 20 de Outubro de 2017, data prevista para finalização do evento, podendo as partes prorrogar o prazo de vigência, mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1 O presente Termo de parceria com Autorização de Uso de Bem Público não envolve transferência de recursos financeiros entre os signatários. Cada um deverá






arcar, mediante recursos próprios, com as despesas que eventualmente se façam necessárias ao cumprimento das obrigações que lhes foram conferidas por este instrumento, razão pela qual deixam de mencionar o valor dos recursos financeiros destinados a fazer frente às despesas e respectivas dotações orçamentárias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA

7.1 O presente Termo de Parceria com Autorização de Uso de Bem Público poderá ser denunciado pelas partes a qualquer tempo, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do evento, salvo nos casos fortuitos ou de força maior.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

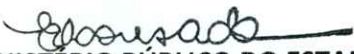
8.1 Para eficácia e publicidade do presente Instrumento, o Ministério Público do Estado da Bahia providenciará a sua publicação resumida no Diário de Justiça Eletrônico do Estado da Bahia.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Salvador-BA para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, sendo competente para a propositura de qualquer medida judicial dela decorrente, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e de direito entre as partes.

Salvador, 11 de maio de 2017.


**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA**
Ediene Santos Lousado
Procuradora-Geral de Justiça


LIVRARIA PONTO DOS LIVROS
Marco Antonio Sampaio da Silva
Representante

TESTEMUNHAS:

1ª Testemunha:

Nome:

CPF/MF:

2ª Testemunha:

Nome:

CPF/MF:



"3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador/BA"
 EDITAL N.º 023/2017
 Inquérito Civil de nº 003.0.107643/2015

A 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador/BA, através do seu Promotor de Justiça Titular, Antonio Sérgio Mendes, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 10, §1º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, e do art. 26, §1º e §4º, da Resolução n.º 006/2009 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público da Bahia, comunica aos interessados, inclusive para efeito de eventual apresentação de razões escritas ou juntada de documentos, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste Edital, o ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil de nº 003.0.107643/2015, instaurado com o objetivo de "apurar a regularidade da autorização concedida pela então Diretoria Geral de Licenciamento e Fiscalização Ambiental da Secretaria Municipal de Urbanismo e Transporte - SEMUT, para erradicação de 4.571 árvores na Rua Fernando José Guimarães Rocha, Pituaçu, Salvador/BA, à Al-Teix Patrimonial Ltda."

Salvador, 13 de novembro de 2017.

ANTONIO SÉRGIO MENDES
 Promotor de Justiça

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

ADITAMENTO DE VOLUNTÁRIOS

| MOME | LOTAÇÃO | VIGÊNCIA |
|----------------------------------|---|-------------------------|
| Jorge Tadeu de Sousa | Base Ambiental de praia do Forte | 21/11/2017 - 20/11/2018 |
| Joice Campos Pereira | Base Ambiental de praia do Forte | 01/12/2017 - 30/11/2018 |
| Jorge Rudá Lima da Conceição | Base Ambiental de praia do Forte | 01/12/2017 - 30/11/2018 |
| Priscila Almeida Miranda | Promotoria de Justiça de Feira de Santana | 25/11/2017 - 24/11/2018 |
| Maria Bernadete da Silva Barbosa | GEDUC | 26/11/2017 - 25/11/2018 |

Termo Aditivo de Voluntário

| Nome | Lotação | Início | Término |
|--------------------------|-----------------------------------|------------|------------|
| Sandro Argolo dos Santos | Promotoria Justiça Elísio Medrado | 10/10/2017 | 09/10/2018 |

CENTRAL DE APOIO TÉCNICO - CEAT

RESUMO DE AUTORIZAÇÃO PARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº10/17-CEAT.

Processo: 003.0.27483/17.

Parecer Jurídico: 1059/17.

Favorecido: Iguali Instituto de Qualificação Profissional LTDA

Objeto: Inscrição de 10 (dez) servidores no curso "Soluções Analíticas com Qlik - Teoria e Prática", carga horária 24 (vinte e quatro) horas, de 07-09/12/17.

Valor: R\$11.900,00 (onze mil e novecentos reais).

Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0039 - Ação (P/A/OE) 2055 - Natureza da Despesa 3.3.90.39.

Base Legal: Art. 60, inciso II da Lei Estadual-BA nº 9.433/05.

Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta-corrente do Contratado.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA GABINETE

RESUMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: 003.0.21567/2017.

Parecer jurídico: 805/2017.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e o Conselho Regional de Odontologia da Bahia - CRO-BA, CNPJ nº 03.482.916/0001-13.

Objeto do Termo de Cooperação: Conjunção de esforços visando à adequada fiscalização da prestação de serviços odontológicos ao cidadão.

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado automaticamente, exceto se houver manifestação expressa em sentido contrário.

RESUMO DO TERMO DE PARCERIA COM AUTORIZAÇÃO DE USO

Processo: 003.0.18229/2017.

Parecer Jurídico: 663/2017.

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e Livraria Ponto dos Livros LTDA, CNPJ nº 10.846.869/0001-05.

Objeto: Estabelecer a cooperação entre os parceiros visando possibilitar a realização da "I Feira do Livro e da Leitura" no Ministério Público do Estado da Bahia.

Vigência: Da data da assinatura até o dia 20/10/2017.